



A Trasmissão Intergeracional da Violência de Gênero no Contexto Familiar: Revisão Integrativa.

Lisa Martins Vasconcellos

Dr. Fábio Jesus Miranda

Goiânia

2026

**A Transmissão Intergeracional da Violência de Gênero no Contexto Familiar:
Revisão Integrativa.**

Lisa Martins Vasconcellos

Orientador: Dr. Fábio Jesus Miranda

Artigo científico realizado no nono período do curso Bacharelado em Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Ciências Sociais e da Saúde, com a finalidade de avaliação conclusiva do curso.

**A Transmissão Intergeracional da Violência de Gênero no Contexto Familiar:
Revisão Integrativa.**

Lisa Martins Vasconcellos

Data da defesa: 22 de junho de 2026.

Banca examinadora:

Orientador: Dr. Fábio Jesus Miranda.

Examinadora convidada: Dra. Analice de Sousa Arruda Vinhal de Carvalho

Examinadora convidada: Dra. Luciana Novais de Oliveira Brito

Goiânia

2026

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, como a transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar é descrita pela produção científica. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo-analítico, e foi realizada a partir de estudos publicados entre 2021 e 2026, selecionados nas bases SciELO e Google Scholar. Os dados foram organizados por meio de análise temática, resultando em quatro categorias: família de origem e transmissão intergeracional da violência; gênero, patriarcado e socialização familiar na reprodução da violência; naturalização, manutenção e repetição dos vínculos violentos; e impactos da violência e implicações para cuidado, prevenção e intervenção. Os resultados evidenciam que a violência de gênero não se configura apenas como evento isolado, mas como fenômeno relacional, familiar, social e histórico, sustentado por padrões aprendidos, naturalizados e reproduzidos ao longo das gerações. A família de origem aparece como espaço central de socialização e transmissão de modelos relacionais, ao mesmo tempo em que normas patriarcais e papéis de gênero contribuem para a manutenção de relações desiguais de poder. Os achados sugerem que compreender a transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar pode contribuir para ampliar o debate acadêmico e subsidiar práticas de cuidado, prevenção e intervenção voltadas à ruptura dos ciclos de violência.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Transmissão Intergeracional; Família; Violência Familiar; Socialização de Gênero.

Abstract

This study aimed to analyze, through an integrative literature review, how the intergenerational transmission of gender-based violence in the family context is described by scientific production. The research is qualitative, with a descriptive-analytical approach, and was conducted based on studies published between 2021 and 2026, selected from the SciELO and Google Scholar databases. The data were organized through thematic analysis, resulting in four categories: family of origin and intergenerational transmission of violence; gender, patriarchy, and family socialization in the reproduction of violence; naturalization, maintenance, and repetition of violent bonds; and impacts of violence and implications for care, prevention, and intervention. The results show that gender-based violence is not configured only as an isolated event, but as a relational, family, social, and historical phenomenon, sustained by patterns learned, naturalized, and reproduced across generations. The family of origin appears as a central space for socialization and transmission of relational models, while patriarchal norms and gender roles contribute to the maintenance of unequal power relations. The findings suggest that understanding the intergenerational transmission of gender-based violence in the family context may contribute to expanding academic debate and supporting care, prevention, and intervention practices aimed at breaking cycles of violence.

Keywords: Gender-Based Violence; Intergenerational Transmission; Family; Family Violence; Gender Socialization.

Introdução

A violência de gênero constitui um fenômeno social complexo, produzido e reproduzido nas relações de poder historicamente construídas entre os gêneros. Segundo Araújo (2008), trata-se de uma violência atravessada por desigualdades de gênero, classe e raça/etnia, sustentada por uma ordem patriarcal que legitima a dominação e o controle.

As manifestações da violência de gênero ultrapassam a dimensão do episódio individual e se articulam a processos socioculturais, familiares e subjetivos que contribuem para sua manutenção e naturalização em diferentes contextos. Entre esses contextos, a família ocupa posição central, uma vez que, além de se configurar como espaço de cuidado, pertencimento e socialização, também pode se constituir como cenário de reprodução de assimetrias, conflitos e práticas violentas (Araújo, 2008).

Na teoria de Murray Bowen, a transmissão intergeracional, denominada também transmissão multigeracional, corresponde ao processo por meio do qual padrões de relacionamento familiar se mantêm e se reorganizam ao longo de sucessivas gerações, refletindo uma continuidade emocional e relacional que ultrapassa a experiência imediata dos indivíduos. Segundo essa perspectiva, emoções, crenças, valores, atitudes e modos de funcionamento relacional são transmitidos entre os membros da família por diferentes camadas interligadas, que abrangem desde o ensino consciente e explícito entre pais e filhos até formas automáticas e inconscientes de programação de reações e comportamentos emocionais (Bowen, 1993).

Trata-se, portanto, de um processo que não se reduz à reprodução visível de condutas, mas envolve a circulação de conteúdos afetivos e padrões vinculares que influenciam a constituição psíquica e relacional dos sujeitos, especialmente no que se refere à diferenciação

do self e à maneira como cada membro se posiciona nos vínculos familiares e conjugais. Nessa direção, a abordagem sistêmica permite compreender que certos modos de interação, quando reiterados ao longo das gerações, podem favorecer a permanência de dinâmicas disfuncionais e de padrões relacionais cristalizados no interior da família (Otto & Ribeiro, 2020).

Segundo Minuchin (Minuchin, 1988, citado por Bertin & Passos, 2003), na perspectiva estrutural, a família pode ser compreendida como um sistema organizado por padrões transacionais relativamente estáveis, que orientam e regulam a forma como seus membros interagem entre si. Nessa concepção, a estrutura familiar corresponde a um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza os modos de relação no interior da família, definindo, por meio de interações repetidas ao longo do tempo, como, quando e com quem cada membro se relaciona. Assim, a família não é entendida apenas como a soma de indivíduos, mas como uma organização relacional dotada de regras, expectativas mútuas e formas próprias de funcionamento, que influenciam o comportamento de seus integrantes e a dinâmica do sistema como um todo.

Ainda nessa perspectiva proposta por Minuchin, a família é entendida como contexto porque constitui o espaço relacional primário no qual os sujeitos se desenvolvem, constroem vínculos, aprendem papéis e significados e organizam suas formas de interação com o mundo. Sob a ótica estrutural, não se trata apenas de um conjunto de indivíduos reunidos, mas de um sistema organizado por padrões de relação, regras e posições que influenciam diretamente o comportamento de seus membros. Assim, compreender a família como contexto significa reconhecê-la como cenário fundamental de socialização, transmissão de valores e produção de modos de funcionamento relacional, que podem tanto favorecer proteção e cuidado quanto contribuir para a manutenção de dinâmicas disfuncionais (Minuchin, 1988).

A partir dessas formulações (Araújo, 2008; Bowen, 1993; Bertin & Passos, 2003; Minuchin, 1988; Otto & Ribeiro, 2020), torna-se possível sustentar que a violência de gênero, no contexto familiar, não se configura apenas como expressão episódica de agressividade ou como resultado de disposições individuais, mas como fenômeno relacional inscrito em processos de socialização, organização vincular e transmissão de padrões entre gerações. Na medida em que a família se constitui como espaço privilegiado de construção de subjetividades, aprendizagem de papéis de gênero e internalização de normas relacionais, ela também pode operar como cenário de reprodução de crenças, valores e práticas que legitimam assimetrias de poder e naturalizam relações de dominação e submissão.

Desse modo, a violência de gênero pode ser ensinada e aprendida, explícita ou implicitamente, nas interações cotidianas, nos modelos identificatórios e nas formas pelas quais os conflitos, a autoridade, o cuidado e os lugares de homens e mulheres são organizados no sistema familiar. Nessa direção, sua perpetuação intergeracional não deve ser compreendida como mera repetição mecânica de comportamentos, mas como continuidade de padrões emocionais, simbólicos e relacionais que, ao serem reiterados e pouco transformados ao longo do tempo, favorecem a manutenção da violência como possibilidade relacional inscrita na história familiar.

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de apreender a violência de gênero em sua complexidade, superando leituras restritas ao ato violento em si e voltando-se aos processos relacionais, familiares e intergeracionais que podem sustentar sua continuidade. Ao reconhecer a família como contexto privilegiado de socialização, transmissão de valores, construção de subjetividades e organização de papéis de gênero, torna-se possível compreender que a perpetuação da violência não decorre apenas de eventos isolados, mas também de dinâmicas vinculares e padrões relacionais reiterados ao longo do tempo. Nessa direção, investigar a transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar

mostra-se pertinente para a Psicologia, uma vez que permite articular dimensões subjetivas, emocionais, relacionais e socioculturais do fenômeno, ampliando sua compreensão teórica e crítica. Além disso, o estudo justifica-se por sua relevância social e acadêmica, ao reunir e sistematizar conhecimentos sobre um problema persistente e de grande impacto, contribuindo para o fortalecimento do debate científico acerca das interfaces entre gênero, família e dinâmicas relacionais.

Diante do exposto, o presente estudo parte da seguinte questão de pesquisa: como a literatura científica descreve a transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar? Assim, tem como objetivo geral analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, como a transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar é descrita pela literatura científica atual.

Especificamente, busca compreender o papel da família de origem na transmissão intergeracional da violência de gênero, considerando experiências precoces de violência, práticas coercitivas, conflitos familiares e padrões relacionais aprendidos; analisar como as relações de gênero, o patriarcado e a socialização familiar contribuem para a reprodução de papéis desiguais, assimetrias de poder e padrões violentos nas relações familiares e conjugais; discutir os processos de naturalização, manutenção e repetição dos vínculos violentos, considerando a influência das experiências familiares, dos dispositivos amorosos, da dependência emocional e dos significados atribuídos ao amor e à conjugalidade; e identificar os impactos da violência de gênero no contexto familiar e suas implicações para o cuidado, a prevenção e a intervenção, considerando seus efeitos nas relações familiares, na saúde e na possibilidade de ruptura dos ciclos intergeracionais de violência.

Método

Tipo de Estudo

Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, por possibilitar a análise crítica e a síntese de evidências teóricas e empíricas sobre a transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar. A escolha por essa modalidade justifica-se pela necessidade de compreender, de forma abrangente, como a literatura científica descreve esse fenômeno em diferentes contextos e perspectivas disciplinares.

Pergunta de Pesquisa

A presente revisão busca responder à seguinte pergunta norteadora: Como a literatura científica descreve a transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar? Essa pergunta orientou a seleção dos estudos, a organização do material e a análise crítica das evidências encontradas.

Critérios de Inclusão e de Exclusão

Foram incluídos nesta revisão integrativa estudos publicados entre 2021 e 2026, disponíveis na íntegra, e identificados como relevantes a partir da leitura do título, resumo e palavras-chave. Também foram considerados estudos que abordassem a relação entre violência de gênero, transmissão intergeracional e contexto familiar, de modo a contemplar produções diretamente relacionadas ao tema e ao problema de pesquisa proposto. Além disso, foram incluídas publicações em periódicos classificados como Qualis B1 ou superior, visando garantir maior rigor científico ao processo de seleção dos estudos.

Foram excluídos estudos que abordassem a violência de gênero exclusivamente fora do contexto familiar, artigos sem texto completo disponível, trabalhos sem fundamentação teórica ou empírica relacionada à violência de gênero e/ou à família, bem como artigos repetidos nas diferentes bases de dados consultadas. Esses critérios foram estabelecidos com

o objetivo de delimitar a amostra da revisão e assegurar que os estudos selecionados apresentassem relação direta com o problema de pesquisa.

Observação: obras clássicas e bibliografias básicas foram utilizadas como referencial teórico complementar, não compondo o corpus analítico da revisão integrativa.

Estratégia de Busca

A busca bibliográfica foi realizada nas bases SciELO, Portal CAPES, PePSIC e Google Scholar, selecionadas por possibilitar amplo acesso a produções científicas nacionais e internacionais, além de sua relevância para a produção científica em Psicologia, Ciências Humanas e áreas afins. Foram utilizados, de forma isolada e combinada com operadores booleanos AND e OR, os seguintes descritores:

- “Violência de Gênero”
- “Violência Doméstica”
- “Transmissão Intergeracional”
- “Intergeracionalidade”
- “Família”

As combinações entre os descritores buscaram ampliar a identificação de estudos pertinentes ao problema de pesquisa.

Extração e Análise dos Dados

Os dados foram extraídos de forma padronizada, por meio da análise temática dos textos selecionados, considerando informações relevantes para a organização e interpretação dos estudos. Nesse processo, foram contemplados dados referentes ao autor e ano de publicação, objetivo do estudo, tipo de metodologia adotada, principais achados e contribuições apresentadas para a compreensão da transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar.

A análise dos estudos foi realizada por meio de análise temática, considerando o rigor

metodológico, a relevância dos resultados e as contribuições teóricas de cada publicação. As categorias temáticas foram construídas a partir da recorrência e convergência dos conteúdos identificados nos estudos selecionados. A síntese do material foi organizada em categorias temáticas construídas a partir dos objetivos da pesquisa e dos conteúdos recorrentes nos estudos selecionados, permitindo identificar padrões, divergências e lacunas na literatura.

Síntese, Apresentação dos Resultados e da Discussão

Os resultados foram organizados nas seguintes categorias temáticas:

1. Família de origem e transmissão intergeracional da violência.
2. Gênero, patriarcado e socialização familiar na reprodução da violência.
3. Naturalização, manutenção e repetição dos vínculos violentos.
4. Impactos da violência e implicações para cuidado, prevenção e intervenção.

A apresentação dos resultados foi realizada de forma descritiva e analítica, articulando os achados dos estudos selecionados com a pergunta de pesquisa e os objetivos do trabalho.

Uso de ferramentas de inteligência artificial

Destaca-se que ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas de forma complementar, exclusivamente para revisão ortográfica, gramatical e aprimoramento da coesão textual. A elaboração do conteúdo, a seleção e análise dos estudos, bem como as interpretações e conclusões apresentadas, são de autoria da pesquisadora.

Resultados e Discussão

Inicialmente, foram identificados 48 artigos nas bases de dados. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, bem como a leitura dos resumos, 28 artigos foram selecionados para leitura integral. Ao final desse processo, 12 estudos compuseram a amostra analisada. Os principais achados foram organizados em eixos temáticos. O quadro a seguir indica os artigos e informações extraídas:

Quadro 1 - Síntese dos estudos incluídos na revisão integrativa

Autor/Ano	Objetivo do Estudo	Tipo de Estudo	Principais Resultados/Contribuições
Alves-Silva & Scorsolini-Comin (2022).	Compreender de que modo os significados atribuídos ao casamento são transmitidos entre três gerações familiares.	Estudo de casos múltiplos desenvolvido em uma abordagem qualitativa.	Identificou a transmissão transgeracional dos significados do casamento, mediada por padrões familiares, tradições e papéis de gênero. A família de origem influenciou a escolha do parceiro, a conjugalidade e a resolução de conflitos, com continuidades e rupturas entre gerações.
Andrade, Moraes & Martins (2023).	Investigar aspectos da transmissão intergeracional da violência e atravessamentos de gênero nas relações de namoro entre adolescentes.	Pesquisa de natureza qualitativa exploratória.	Identificou violência psicológica e digital no namoro adolescente, marcada por controle, ciúme e vigilância, frequentemente naturalizados como cuidado. Evidenciou, ainda, a influência das vivências familiares violentas e dos papéis de gênero na manutenção desses padrões.
Batista, Barreto, Gomes, Prado, Padoin, Godoy, Trigueiro & Marcon (2023).	Compreender os significados atribuídos às relações familiares, por mulheres que vivenciaram violência doméstica.	Estudo explicativo.	Identificou que a violência doméstica atravessa gerações e influencia os significados atribuídos às relações familiares, marcados por naturalização da violência, submissão e desproteção. Evidenciou também que, ao romper com o contexto violento, as mulheres ressignificam a família e passam a compreender essas relações com novos sentidos e maior empatia.

Becker, Tridapalli & Bolze (2021).	Discutir a violência conjugal sob diferentes epistemologias, tais como a Teoria do Apego, Psicanálise e sistêmica.	Artigo teórico, de natureza reflexiva discursiva.	Evidenciou que a violência conjugal é um fenômeno relacional e intergeracional, atravessado por diferentes formas de vínculo e por distinções de gênero quanto ao tipo de violência perpetrada. O artigo também destaca possibilidades de intervenção psicoterapêutica e psicoeducativa com casais, especialmente na prevenção e manejo da violência conjugal.
Bolze, Schmidt, Gomes, Bossardi, Böing & Crepaldi (2024).	Caracterizar as concepções sobre continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais.	Estudo qualitativo.	Identificou continuidades e descontinuidades na transmissão intergeracional de modelos conjugais e parentais. Predominaram repetições de aspectos positivos e também de táticas destrutivas, como evitação conjugal e punição corporal, enquanto as descontinuidades evidenciaram ruptura com padrões negativos e incorporação de uma parentalidade mais positiva.
Brum, Pereira, Rodrigues & Santos (2021).	Compreender as experiências familiares e conjugais de mulheres em situação de violência conjugal.	Estudo de casos múltiplos.	Identificou que as mulheres em situação de violência conjugal vivenciaram, em suas famílias de origem, padrões violentos, como violência entre os pais e violência parental. Esses achados sugerem que tais experiências podem favorecer a manutenção de relações conjugais violentas e reforçam a importância de considerar a família de origem nas intervenções e ações preventivas.
Farias & Barreto	Descrever as relações violentas e	Revisão	Identificou que a manutenção de vínculos em relações

(2025).	a manutenção dos vínculos que levam um indivíduo a se manter em uma relação abusiva, tornando-se emocionalmente dependente do ambiente em que está inserido.	bibliográfica.	violentas está associada principalmente à dependência emocional, ao medo de retaliações, à falta de recursos e às pressões culturais e sociais. Também evidenciou que o ciclo da violência, marcado por agressão e reconciliação, reforça a permanência da vítima na relação abusiva.
Henriques, Merçon-Vargas & Rosa (2025).	Explorar, pelo viés da Psicologia, os motivos pelos quais o Legislador atribuiu um importante papel protetivo para as famílias, identificar o que é esperado das famílias no contexto de proteção e cuidado e investigar as circunstâncias nas quais as famílias assumem papel de risco ou de proteção.	Metodologia qualitativa, com uso de entrevistas narrativas e análise pelo método fenomenológico, tendo como base interpretativa a Teoria Bioecológica.	Identificou que a família pode atuar tanto como fator de proteção quanto de risco, sendo frequente a reprodução de violências emocional, física e sexual no contexto intrafamiliar. Também evidenciou como principais motivações a repetição intergeracional de padrões violentos, problemas conjugais, sobrecarga materna, ausência paterna e dificuldades socioeconômicas.
Machado, Castanheira & Almeida (2021).	Identificar interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo.	Pesquisa qualitativa nos moldes da história de vida tópica.	Identificou que a família pode atuar tanto como fator de proteção quanto de risco, sendo frequente a reprodução de violências emocional, física e sexual no contexto intrafamiliar. Também evidenciou como principais motivações a repetição intergeracional de padrões violentos, problemas conjugais, sobrecarga materna, ausência paterna e dificuldades socioeconômicas.

Rosa, Matos & Bernardino (2024).	Analisar criticamente a tríade: Dispositivos amorosos, repetição de padrões familiares e relacionamentos abusivos.	Revisão de literatura.	Evidenciou que os relacionamentos abusivos se articulam à repetição de padrões familiares, aos dispositivos amorosos e à transmissão geracional de valores, em um contexto marcado pela estrutura patriarcal. Também destacou o silêncio e os mitos familiares como elementos que ocultam e perpetuam violências ao longo das gerações.
Sánchez, Rodrigues, Zambrano, Borrego & Surita (2026).	Mapear formas de violência abordadas na literatura, fatores de risco para a exposição à violência de gênero e agravos à saúde associados, assim como regiões e níveis de atenção nas quais são produzidas as evidências no contexto brasileiro.	Revisão de escopo.	Mapeou que a violência de gênero no Brasil tem caráter cíclico e transgeracional, sendo a violência psicológica a forma mais prevalente nos estudos analisados, embora menos reportada nos sistemas nacionais. Também identificou associação entre a exposição à violência e fatores sociodemográficos, comportamentais e contextuais, além de impactos importantes na saúde física, mental, sexual e reprodutiva.
Silva, Oro & Bossardi (2021).	Compreender os aspectos intergeracionais de famílias em situação de violência.	Estudo qualitativo	Identificou a presença de transmissão intergeracional da violência em famílias com histórico de conflitos, evidenciando repetições de discussões, agressões e práticas coercitivas entre gerações. Também mostrou que muitos participantes reproduzem, na parentalidade e nas relações conjugais, padrões vivenciados na família de origem, especialmente castigos, gritos e formas violentas de resolução de conflitos.

Nota. Elaborado pela autora com base nos estudos selecionados.

Além dos artigos selecionados para esta revisão também foram selecionados textos como referencial teórico.

Os principais achados desta revisão serão discutidos por eixos temáticos, conforme descrito a seguir.

1. Família de origem e transmissão intergeracional da violência

Esse eixo temático foi escolhido como ponto inicial por evidenciar a centralidade da família de origem na transmissão intergeracional da violência. Os estudos analisados indicam que experiências de violência, negligência, punição física, conflitos conjugais intensos e práticas coercitivas vivenciadas na infância produzem efeitos duradouros sobre os modos de relação estabelecidos na vida adulta, especialmente na conjugalidade e na parentalidade (Bolze et al., 2024; Brum et al., 2021; Henriques et al., 2025; Silva et al., 2021). Nessa perspectiva, a violência deixa de ser compreendida como evento isolado e passa a ser entendida como padrão relacional aprendido e naturalizado nas dinâmicas familiares.

Brum et al. (2021) evidenciaram que todas as participantes do estudo apresentavam histórico de violência em suas famílias de origem e em suas trajetórias relacionais desde a infância, aspecto identificado por meio dos genogramas familiares. As autoras também destacaram o conceito de *spillover* (Erel & Burman, 1995, citado em Brum et al., 2021), segundo o qual dinâmicas violentas presentes nas relações conjugais parentais podem repercutir nas relações entre pais e filhos, favorecendo a continuidade desses padrões.

De forma semelhante, Silva et al. (2021) identificaram a recorrência de discussões, agressões e práticas coercitivas entre diferentes gerações. Os autores evidenciaram que muitos participantes reproduziam, nas relações conjugais e parentais, modelos vivenciados na família de origem, especialmente castigos, gritos e formas violentas de resolução de conflitos, reforçando a violência como fenômeno aprendido nas relações familiares.

A continuidade desses padrões violentos emerge como um dos principais eixos explicativos da transmissão intergeracional da violência no contexto familiar. Os estudos analisados indicam que essa transmissão não se restringe à repetição de episódios explícitos de agressão, mas envolve modos de funcionamento relacional marcados por comunicação agressiva, autoritarismo, evitação, punição corporal e dificuldades na resolução de conflitos. Nessa perspectiva, a violência passa a ser compreendida como padrão relacional aprendido e naturalizado nas dinâmicas familiares, sustentado pela internalização de crenças, valores e expectativas acerca das relações conjugais e parentais (Bowen, 1993; Minuchin, 1988).

Os estudos também evidenciam que muitos indivíduos reproduzem, em suas relações conjugais e parentais, comportamentos semelhantes aos vivenciados na infância, mesmo quando os avaliam negativamente (Henriques et al., 2025; Silva et al., 2021). Essa naturalização dificulta a ruptura dos ciclos de violência, pois práticas coercitivas, rigidez relacional, desigualdade nas relações de poder e dificuldades de comunicação passam a ser percebidas como estratégias legítimas ou esperadas no contexto familiar. Além disso, Bowen (1993) destaca que padrões emocionais e relacionais podem ser transmitidos entre gerações por meio de conteúdos não elaborados, enquanto Minuchin (1988) compreende os sintomas e conflitos familiares como manifestações do funcionamento do sistema.

Nesse sentido, a violência deixa de ser analisada apenas como episódio isolado e passa a ser entendida como expressão de dinâmicas familiares organizadas por conflitos não elaborados, hierarquias rígidas e formas coercitivas de resolução de tensões. Henriques et al. (2025) evidenciam, ainda, que a família, embora social e juridicamente associada à proteção, também pode funcionar como fator de risco ao reproduzir violências emocionais, físicas e sexuais entre seus membros. Assim, padrões violentos cristalizados podem operar como

referência relacional, influenciando escolhas, expectativas e formas de vinculação ao longo das gerações.

Entretanto, a transmissão intergeracional da violência não deve ser compreendida de forma linear ou determinista. Embora os estudos evidenciem a influência da família de origem nas relações conjugais e parentais estabelecidas na vida adulta, também apontam para possibilidades de ruptura, ressignificação e transformação dos padrões familiares. Silva et al. (2021) evidenciam que, ao lado da reprodução de práticas coercitivas e violentas, alguns sujeitos buscam construir formas menos violentas de relação, especialmente no exercício da parentalidade.

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva sistêmica, segundo a qual a família constitui um sistema dinâmico, capaz de reorganizar seus padrões relacionais ao longo do ciclo de vida (Bowen, 1993; Minuchin, 1988). Nessa direção, processos de diferenciação, reestruturação das relações e ampliação da comunicação familiar podem favorecer a interrupção dos ciclos de violência. De forma complementar.

Falcke e Wagner (2014, como citado em Bolze et al., 2024) indicam que a intergeracionalidade envolve a transmissão de processos entre gerações, mas não implica necessariamente sua permanência, permitindo reconhecer os sujeitos como agentes capazes de ressignificar suas trajetórias e construir novas formas de vínculo.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos analisados refere-se ao uso do genograma como instrumento para compreender a transmissão intergeracional da violência. Brum et al. (2021), Silva et al. (2021) e Rosa et al. (2024) evidenciam que esse recurso possibilita mapear vínculos, conflitos, hierarquias, crenças e padrões relacionais ao longo de gerações, favorecendo uma leitura sistêmica da violência familiar.

Os estudos (Brum et al., 2021; Rosa et al., 2024; Silva et al., 2021) demonstram que o genograma permite analisar a violência não apenas como episódio isolado, mas como parte

de uma rede de relações marcada por repetições, práticas coercitivas, silenciamentos e conflitos transmitidos entre gerações. Assim, nesta revisão, o genograma configura-se como importante recurso metodológico para compreender a manutenção, reprodução e ressignificação da violência de gênero no contexto familiar.

Por fim, os estudos analisados convergem ao evidenciar a família de origem como eixo central para a compreensão da transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar. Os achados indicam que experiências de violência vividas na infância podem favorecer a permanência em relações conjugais violentas na vida adulta, bem como a reprodução de discussões, agressões, práticas coercitivas e formas violentas de resolução de conflitos entre gerações (Bolze et al., 2024; Brum et al., 2021; Henriques et al., 2025; Silva et al., 2021). Além disso, a família pode funcionar tanto como espaço de proteção quanto como contexto de risco, especialmente quando reproduz violências emocionais, físicas e sexuais. Nessa perspectiva, a violência deixa de ser compreendida como evento isolado e passa a ser analisada como parte de uma dinâmica relacional mais ampla, marcada por continuidades, descontinuidades e possibilidades de transformação dos padrões familiares.

Todavia, essa transmissão não se configura como processo imutável. Embora a história familiar exerça influência significativa sobre as relações estabelecidas na vida adulta, os estudos também apontam possibilidades de ruptura, ressignificação e transformação desses padrões. Assim, compreender a violência a partir da história familiar permite não apenas reconhecer os mecanismos de sua perpetuação, mas também identificar caminhos para sua interrupção, destacando a importância de intervenções que favoreçam a elaboração das experiências vividas e a construção de novas formas de relação.

Por fim, os estudos analisados neste eixo convergem ao evidenciar a família de origem como eixo central da transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar. Os achados indicam a reprodução, entre gerações, de práticas coercitivas, agressões

e formas violentas de resolução de conflitos, associadas tanto à permanência em relações violentas quanto à manutenção de violências emocionais, físicas e sexuais no contexto familiar (Bolze et al., 2024; Brum et al., 2021; Henriques et al., 2025; Silva et al., 2021). Nessa perspectiva, a violência deixa de ser compreendida como evento isolado e passa a ser analisada como dinâmica relacional sustentada por padrões familiares transmitidos ao longo do tempo.

Todavia, essa transmissão não é imutável. Embora a história familiar influencie as relações estabelecidas na vida adulta, os estudos também apontam possibilidades de ruptura e ressignificação desses padrões. Assim, compreender a violência a partir da história familiar permite reconhecer tanto os mecanismos de sua perpetuação quanto possibilidades de interrupção dos ciclos de violência.

2. Gênero, patriarcado e socialização familiar na reprodução da violência

A construção desta categoria fundamenta-se na necessidade de compreender a transmissão intergeracional da violência para além da repetição de padrões familiares. Os estudos analisados indicam que a violência de gênero no contexto familiar articula-se a uma ordem sociocultural marcada por desigualdades de gênero, estruturas patriarcais e assimetrias de poder (Machado et al., 2021; Sánchez et al., 2026). Nessa perspectiva, a família não atua de forma isolada, mas reproduz valores, normas e expectativas sociais relacionadas ao gênero.

Scott (1995) compreende o gênero como categoria analítica vinculada à organização social das relações entre os sexos, destacando seu caráter histórico, relacional e sua função na estruturação das relações de poder. Assim, o gênero não se reduz às diferenças biológicas, mas corresponde a uma construção social que organiza práticas, papéis e expectativas atribuídas a homens e mulheres.

A partir dessa compreensão, a socialização de gênero pode ser entendida como processo de transmissão e internalização de normas e expectativas ao longo da vida. Os estudos analisados indicam que mulheres são frequentemente socializadas para o cuidado, a obediência e a manutenção das relações, enquanto os homens são associados à autoridade e ao controle (Machado et al., 2021; Rosa et al., 2024).

Machado et al. (2021) evidenciam que a trajetória das mulheres entrevistadas foi atravessada por processos de socialização orientados pelo patriarcado, nos quais a submissão feminina, a responsabilização pelo cuidado e a centralidade da vida conjugal aparecem como elementos estruturantes.

A transmissão dessas normas ocorre tanto de forma explícita, pela divisão de tarefas e atribuição de responsabilidades distintas, quanto de forma implícita, pelos modelos relacionais vivenciados no ambiente familiar. Rosa et al. (2024) apontam que dispositivos amorosos e padrões aprendidos na família influenciam a compreensão do amor, do casamento e da permanência nas relações, favorecendo a internalização de posições desiguais marcadas por controle, submissão e violência.

No conjunto dos estudos analisados, o amor e o casamento aparecem como dimensões importantes na reprodução de padrões de gênero. Rosa et al. (2024) discutem que os dispositivos amorosos atravessam a subjetividade feminina, produzindo expectativas de reconhecimento, pertencimento e realização, enquanto Alves-Silva e Scorsolini-Comin (2022) evidenciam que os significados atribuídos ao casamento são transmitidos entre gerações a partir de referências aprendidas na família de origem.

Nessa perspectiva, o casamento deixa de ser compreendido apenas como escolha individual e passa a expressar heranças familiares, expectativas sociais e normas de gênero. Os estudos indicam que padrões de silêncio, tolerância e permanência nas relações podem

dificultar o reconhecimento da violência, especialmente quando o casamento é concebido como instituição a ser preservada mesmo diante de dificuldades (Alves-Silva & Scorsolini-Comin, 2022; Rosa et al., 2024).

A análise indica que modelos familiares patriarcais influenciam a escolha de parceiros e a permanência em relações marcadas por desigualdades de poder. Machado et al. (2021) apontam que experiências familiares vividas na infância e adolescência favorecem a reprodução, na vida conjugal, de dinâmicas semelhantes às da família de origem. Em alguns casos, mulheres que buscaram afastar-se de contextos familiares marcados por controle e rigidez acabaram inseridas em relações que reproduziam padrões de autoritarismo e violência.

Assim, a escolha de parceiros e a permanência em relações violentas são atravessadas por modelos internalizados ao longo da socialização. Quando autoridade masculina e submissão feminina são naturalizadas desde a infância, comportamentos de controle tendem a ser interpretados como parte esperada da relação conjugal, dificultando o reconhecimento e a ruptura da violência (Machado et al., 2021; Rosa et al., 2024).

Sánchez et al. (2026) evidenciam que a violência de gênero no Brasil apresenta caráter cíclico e transgeracional, associando-se à exposição prévia à violência, à reprodução de padrões aprendidos e a fatores sociodemográficos, contextuais e comportamentais. Essa perspectiva reforça que a violência não pode ser explicada apenas por experiências individuais ou familiares, mas também por desigualdades sociais, normas culturais e contextos de vulnerabilidade.

A partir das análises desenvolvidas nesta categoria, evidencia-se que a transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar resulta da articulação entre família, cultura e relações de poder. Os estudos analisados demonstram que a violência não se

perpetua apenas pela repetição de experiências vividas na família de origem, mas também pela incorporação de normas sociais que definem papéis desiguais para homens e mulheres e orientam a forma como os sujeitos se vinculam nas relações afetivas (Machado et al., 2021; Rosa et al., 2024; Sánchez et al., 2026). Assim, discutir gênero, patriarcado e socialização familiar permite compreender que a violência se reproduz tanto pelo que é vivido nas famílias quanto pelo que é socialmente ensinado como lugar possível para homens e mulheres nas relações.

3. Naturalização, manutenção e repetição dos vínculos violentos

Esta categoria se fundamenta na necessidade de compreender a violência de gênero não apenas em sua origem e transmissão intergeracional, mas também em sua manutenção nas relações. Os estudos analisados indicam que a violência, além de aprendida no contexto familiar, pode persistir como padrão afetivo e conjugal, especialmente em vínculos abusivos (Farias & Barreto, 2025; Rosa et al., 2024).

A naturalização da violência aparece como elemento central para compreender a permanência dos vínculos abusivos. Rosa et al. (2024), fundamentadas em Zanello (2018), evidenciam que dispositivos amorosos e padrões relacionais aprendidos no contexto familiar influenciam a forma como os sujeitos significam o amor, a conjugalidade e a permanência nas relações. Nessa perspectiva, mulheres são socializadas a buscar reconhecimento por meio da manutenção dos vínculos afetivos, favorecendo a naturalização de sofrimento, silêncio e submissão.

Andrade et al. (2023) indicam que essa naturalização pode ser observada já no namoro adolescente, pois vivências familiares marcadas pela violência influenciam a forma como os jovens percebem seus relacionamentos. De forma convergente, Batista et al. (2023) destacam que a violência também é reorganizada simbolicamente pelas mulheres, contribuindo para sua normalização e dificultando seu reconhecimento e enfrentamento.

A manutenção dos vínculos violentos relaciona-se à dinâmica do ciclo da violência, marcada pela alternância entre agressão, reconciliação e continuidade do vínculo (Farias & Barreto, 2025). Nessa dinâmica, momentos de arrependimento, aproximação e expectativa de mudança contribuem para a permanência na relação, produzindo experiência marcada pela oscilação entre sofrimento e esperança.

A ambivalência emocional aparece como elemento central nesse processo, uma vez que as mulheres podem vivenciar simultaneamente medo, sofrimento e apego, tornando o rompimento mais complexo. Os dispositivos amorosos discutidos por Rosa et al. (2024) ajudam a compreender como sentidos atribuídos ao amor e à conjugalidade podem reforçar a valorização da permanência na relação.

A permanência em vínculos violentos não pode ser compreendida apenas pela dinâmica relacional, sendo atravessada também por aspectos emocionais, familiares e sociais. Batista et al. (2023) evidenciam que a família pode funcionar tanto como espaço de proteção quanto de manutenção da violência, enquanto elementos como valorização do vínculo familiar, presença de filhos, expectativas atribuídas ao papel da mulher, medo, insegurança, ausência de apoio e silêncio podem dificultar a ruptura.

Andrade et al. (2023) indicam que padrões relacionais violentos podem ser incorporados já nas primeiras experiências afetivas, relacionando-se à vivência de violência no contexto familiar e à aprendizagem de formas desiguais de relação entre homens e mulheres. De forma convergente, Rosa et al. (2024) evidenciam que experiências vividas na família de origem influenciam a construção dos vínculos afetivos e a reprodução de dinâmicas semelhantes, embora essa repetição não deva ser compreendida como determinista, uma vez que também admite possibilidades de resignificação e ruptura.

As análises desta categoria evidenciam que a violência de gênero no contexto familiar não se mantém apenas pela transmissão entre gerações, mas também por processos de

naturalização e reforço nas relações afetivas. Os estudos demonstram que a violência tende a ser incorporada como parte possível dos vínculos, especialmente quando experiências familiares, dispositivos amorosos, significados atribuídos ao amor e normas de gênero contribuem para sua normalização (Farias & Barreto, 2025; Rosa et al., 2024).

A alternância entre violência e reconciliação, a ambivalência emocional, a violência nas primeiras relações afetivas e a repetição de padrões familiares evidenciam que a permanência nesses vínculos não pode ser analisada de forma isolada ou simplificada (Andrade et al., 2023; Batista et al., 2023; Rosa et al., 2024). Assim, a violência é simultaneamente aprendida, naturalizada e mantida nas relações, configurando-se como fenômeno relacional e sociocultural atravessado por família, gênero e afetividade.

4. Impactos da violência e implicações para cuidado, prevenção e intervenção

Como última categoria analítica, esta seção busca ampliar a compreensão da violência de gênero no contexto familiar para além de sua transmissão e manutenção nas relações, incorporando a análise de seus impactos e das implicações para o cuidado, a prevenção e a intervenção. As categorias anteriores evidenciaram que a violência é atravessada por padrões familiares, normas de gênero e dinâmicas relacionais, sendo reproduzida ao longo das gerações.

Becker et al. (2021) compreendem a violência conjugal como fenômeno relacional, cujos impactos repercutem nas dinâmicas familiares e nos vínculos. Em diálogo com Bowen (1993), Minuchin (1988), Henriques et al. (2025) e Silva et al. (2021), entende-se que aspectos relacionais e intergeracionais influenciam o funcionamento familiar.

Nesse contexto, os impactos da violência repercutem nas relações parentais, no desenvolvimento emocional e relacional das crianças e na organização dos vínculos. Henriques et al. (2025) e Silva et al. (2021) evidenciam que a família pode atuar

simultaneamente como espaço de proteção e de reprodução da violência, de modo que a exposição a conflitos conjugais, práticas coercitivas e formas violentas de resolução de conflitos influencia padrões de interação, papéis e formas de vínculo ao longo do tempo.

A violência de gênero também produz impactos significativos na saúde mental, física, sexual e reprodutiva das mulheres, associando-se a sofrimento psíquico, alterações emocionais e prejuízos ao bem-estar e à autonomia (Sánchez et al., 2026).

Diante desses impactos, a discussão sobre cuidado e rede de apoio evidencia que o enfrentamento da violência de gênero não pode ser compreendido como responsabilidade exclusivamente individual. Sánchez et al. (2026) reforçam que a violência de gênero constitui um problema de saúde pública, o que exige atenção qualificada dos serviços de saúde e a presença de redes de cuidado voltadas ao acolhimento, à orientação e ao acompanhamento de pessoas em situação de violência.

Becker et al. (2021) destacam a importância de práticas psicoterapêuticas e intervenções que considerem a complexidade relacional da violência conjugal. Nesse sentido, o cuidado deve envolver suporte profissional, rede de apoio e ações articuladas voltadas ao enfrentamento da violência, à proteção dos sujeitos e à prevenção da reprodução intergeracional desses padrões.

A partir das análises desenvolvidas nesta categoria, evidencia-se que a violência de gênero no contexto familiar deve ser compreendida como fenômeno relacional, intergeracional e associado a impactos na saúde (Becker et al., 2021; Henriques et al., 2025; Silva et al., 2021; Sánchez et al., 2026). Nesse sentido, torna-se necessário um olhar integrado que articule dimensões familiares, sociais e de saúde no enfrentamento da violência.

Além disso, a transmissão intergeracional da violência evidencia que padrões relacionais podem ser mantidos ao longo do tempo, mas também transformados. Assim, o cuidado, a prevenção e a intervenção configuram-se como estratégias fundamentais para a proteção dos sujeitos, a interrupção desses padrões e a construção de relações menos marcadas pela violência.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, como a transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar é descrita pela literatura científica. A partir da análise dos estudos selecionados, foi possível compreender que a violência de gênero não se configura apenas como um evento isolado, mas como um fenômeno relacional, familiar, social e histórico, sustentado por padrões aprendidos, naturalizados e reproduzidos ao longo das gerações.

Os achados sugerem que a família de origem ocupa lugar central nesse processo, uma vez que constitui um dos primeiros espaços de socialização, construção de vínculos e aprendizagem de modos de relação. Experiências precoces de violência, conflitos conjugais, práticas coercitivas e formas autoritárias de resolução de conflitos podem repercutir nas relações estabelecidas na vida adulta, especialmente na conjugalidade e na parentalidade. Entretanto, a transmissão intergeracional da violência não deve ser compreendida de forma determinista, uma vez que os estudos também apontam possibilidades de ruptura, ressignificação e transformação dos padrões familiares.

Além disso, a análise demonstrou que a reprodução da violência de gênero está articulada a normas sociais, estruturas patriarcais e processos de socialização familiar que atribuem lugares desiguais a homens e mulheres. Nesse sentido, a violência se mantém não apenas pelas experiências vividas no interior das famílias, mas também por valores socioculturais que naturalizam relações de poder, submissão, controle e desigualdade. Os

dispositivos amorosos, os significados atribuídos ao casamento e a idealização da permanência nos vínculos também aparecem como elementos que podem dificultar o reconhecimento e a ruptura com relações violentas.

Os resultados também indicam que a violência de gênero tende a ser naturalizada e mantida por meio de dinâmicas afetivas complexas, como a ambivalência emocional, o ciclo da violência, a dependência do vínculo, o silêncio e a expectativa de mudança. Dessa forma, a permanência em relações violentas não pode ser compreendida de maneira simplificada, pois envolve dimensões emocionais, familiares, sociais e culturais. A presença da violência nas primeiras relações afetivas, como no namoro adolescente, reforça ainda mais a importância de compreender a transmissão intergeracional como um processo que se inicia precocemente e pode acompanhar diferentes etapas da vida.

Por fim, verificou-se que a violência de gênero produz impactos significativos sobre a saúde mental, física, sexual e reprodutiva, além de repercutir no funcionamento familiar, nas relações parentais e no desenvolvimento das crianças. Dessa forma, o enfrentamento desse fenômeno demanda um olhar integrado, que considere os sujeitos, suas famílias e os contextos sociais nos quais estão inseridos. Conclui-se, portanto, que compreender a transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar mostra-se fundamental para ampliar o debate acadêmico e fortalecer práticas de cuidado, prevenção e intervenção voltadas à interrupção dos ciclos de violência e à construção de relações familiares e afetivas menos marcadas pela desigualdade e pela violência.

Como limitações deste estudo, destacam-se o recorte temporal, a escassez de produções sobre a transmissão intergeracional da violência de gênero no contexto familiar. Ainda assim, os estudos analisados contribuíram para ampliar a compreensão do fenômeno.

Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem investigações sobre estratégias de prevenção e intervenção, bem como sobre os processos de

transmissão, ruptura e ressignificação da violência ao longo das gerações.

Referências Bibliográficas

- Alves-Silva, J. D., & Scorsolini-Comin, F. (2022). *A transmissão dos significados atribuídos ao casamento entre diferentes gerações familiares. Contextos Clínicos, 15(3).*
<https://doi.org/10.4013/ctc.2022.153.0>
- Andrade, T. A., Moraes, P. M., & Martins, C. V. (2023). Violência no Namoro entre Adolescentes: Transmissão Intergeracional e Gênero . *Revista Psicologia E Saúde, 15(1)*, e1582194. Araújo, M. de F. (2008). Gênero e violência contra a mulher: O perigoso jogo de poder e dominação. *Psicologia para América Latina, 14.*
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&tlng=pt
- Araújo, M. de F. (2008). Gênero e violência contra a mulher: O perigoso jogo de poder e dominação. *Psicologia para América Latina, 14.*
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&tlng=pt
- Batista, V. C., Barreto, M. da S., Gomes, N. P., Prado, E., Padoin, S. M. de M., Godoy, F. J. de, Trigueiro, T. H., & Marcon, S. S. (2023). *Descortinando as relações familiares a partir do contexto de violência doméstica: uma teoria fundamentada nos dados. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 57*, e20230009._
<https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0009pt>
- Becker, A. P. S., Tridapalli, A. P. L., & Bolze, S. A. (2021). Violência conjugal: Diferentes olhares epistemológicos e práticas psicoterapêuticas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, 16(3)*, 1–13.

- Bertin, I. P., & Passos, M. C. (2003). A transmissão psíquica em debate: Breve roteiro das concepções psicanalítica e sistêmica. *Interações*, 8(15), 65–79. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072003000100004&lng=pt&tlng=pt
- Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Gomes, L. B., Bossardi, C. N., Böing, E., & Crepaldi, M. A. (2024). Transmissão intergeracional de modelos relacionais e táticas de resolução de conflitos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 40, e40404. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e40404.pt>
- Bowen, M. (1993). Family therapy in clinical practice. Jason Aronson (Edição Digital).
- Brum, R. R., Pereira, C. R. R., Rodrigues, T. P., & Santos, A. N. dos. (2021). *Transgeracionalidade e violência: um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas*. *Psicologia em Pesquisa*, 15(3). <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.31206>
- Farias, O. P. G. A., & Barreto, A. P. (2025). *Relações violentas e a manutenção dos vínculos*. *Revista Interação Interdisciplinar*, 7(1), 260–274.
- Henriques, C. G. P., Merçon-Vargas, E. A., & Rosa, E. M. (2025). A família como (re)produtora de violência: Contribuições da psicologia para o Direito. *Revista Interdisciplinar de Direito*, 23(1), e20252301.
- Machado, D. F., Castanheira, E. R. L., & Almeida, M. A. S. (2021). Interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(Suppl. 3), 5003–5012. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02472020>
- Minuchin, S. (1988). Famílias: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Otto, A. F. N., & Ribeiro, M. A. (2020). Contribuições de Murray Bowen à terapia familiar sistêmica. *Pensando Famílias*, 24(1), 79–95.

- Rosa, C. L. V., Matos, B. P., & Bernardino, A. V. (2024). *Dispositivos amorosos, repetição de padrão familiar e relacionamento abusivo: impactos e atravessamentos*. *Revista Mosaico*, 15(3), 298–313. <https://doi.org/10.21727/rm.v15i3.4534>
- Sánchez, O. del R., Rodrigues, L., Zambrano, E., Borrego, N. G., & Surita, F. G.. (2026). Violência de gênero no Brasil: revisão de escopo sobre fatores de risco e agravos à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 31(2), e17332024. <https://doi.org/10.1590/1413-81232026312.17332024>
- Scott, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99.
- Silva, A. C. da, Oro, G. Z., & Bossardi, C. N. (2021). Aspectos intergeracionais de famílias em situação de violência. *Pensando Famílias*, 25(2), 239–255.